

# Cooperativas e conselhos operários\*

Lincoln Secco\*\*

## Resumo

A História da Luta dos trabalhadores contra o capital exibiu várias formas. O controle operário dos meios de produção teve suas primeiras experiências no movimento cooperativista no século XIX. Este artigo analisa as cooperativas, os sindicatos, os conselhos operários especialmente entre 1871 e 1938, ou seja, entre a Comuna de Paris e o fim da Guerra Civil Espanhola.

Os termos franceses de uso habitual na primeira metade do século XX eram *contrôle* e *gestion*, que encontram sucedâneos nos espanhóis *control* e *gestión*, e nos russos *kontrolia* e *upravléniy* (Brinton, 1975: 15). Eram esses os termos usados no período aberto com a Revolução Russa. Mas mesmo a expressão *controlo operário*, que fazia grande sucesso entre os comunistas dos conselhos (Paul Matick, Karl Korsh, Anton Pannekoek etc), entre a ala esquerda do comunismo italiano, organizada em torno do jornal napolitano *Il Soviet* (Amadeo Bordiga) e, especialmente, o grupo da revista *L'Ordine Nuovo* na Itália (Antonio Gramsci), só teria acolhida maior nos anos vinte. Um autor declarava, em 1924, que a expressão sequer estava popularizada (Brouckère, 1970: 37). Antonio Gramsci utilizava-se, inicialmente, da expressão italiana mais conhecida entre os trabalhadores, as *comissioni interne*, traduzida habitualmente como *comitês de fábrica*. Estes eram distinguidos na Rússia e na Alemanha dos conselhos de trabalhadores. Os primeiros (conselhos ou comitês de fábrica) eram exclusivamente operários e situados no âmbito da produção (*Betriebsräte*, para os alemães); os segundos eram conselhos amplos, de participação popular, mas não exclusivamente operária (esses eram aos famosos *Soviets* russos, ou *Arbeiterräte* na Alemanha).

---

\* Este artigo contou com o auxílio de Marianne Reisewitz e Marisa Deaecto. Também foi discutido amplamente com Osvaldo Coggiola, que me convidou inicialmente para fazer uma exposição e um texto sobre o tema.

\*\* Pesquisador da Fapesp e doutorando em História (USP).

Essas palavras novas surgiram para questionar as antigas. Não que se imaginasse substituir o mundo real trocando-se as palavras. O fato é que, naqueles anos marcados pelo influxo da Revolução de Outubro, a crítica à orientação reformista do sindicato era feita com a proposição de novas formas de organização operária. Os próprios sindicatos (no italiano *sindacati*) ainda não eram sempre assim chamados antes dessa época, ou também eram conhecidos por seus sinônimos de cores mais moderadas. Eram as *Sociétés Ouvrières* na França, ou *Genverksgenossenschaften*, mas também *Genverkschaf* e *Arbeitergenverkschaf* (a língua alemã também possui o termo *Syndikat*) e, ainda hoje, as *Trade Unions* inglesas<sup>1</sup>.

Foi a partir dos anos cinqüenta e sessenta que se operou uma retomada do debate sobre a intervenção operária na produção. O termo *autogestão*, por exemplo, só apareceu em língua francesa nesse momento, e para caracterizar a experiência iugoslava. O termo sérvio *samoupravjje* (*samo* significa o prefixo grego *auto*, e *upravje* significa gestão) foi traduzido ao francês por *autogestion* (Guillerm e Bourdet, 1976: 11). Dessa forma, não caberia atribuí-lo, como se fez muitas vezes desde então, ao início do século XX.

### A ascensão do Trabalho

Para quê servem os patrões? A pergunta, feita por Stephen Marglin nos anos 70<sup>2</sup>, sempre esteve na raiz das abordagens históricas sobre o papel do despotismo de fábrica. A produção capitalista em grande escala poderia ser organizada sem disciplina e autoridade? Seria possível a gestão operária da produção? Poderiam os operários incorporar a disciplina sem necessidade de um instrumento exterior de coerção?

O contencioso entre marxismo e anarquismo foi um dos elementos que reacenderam o debate sobre a autonomia da classe operária no mundo da produção material. Em polêmica com os anarquistas italianos, Engels dissociou a questão da propriedade coletiva dos meios de produção (axioma básico de um Modo de Produção socialista ou comunista) da direção do processo de trabalho. Os operários deveriam ser os legítimos donos das fábricas, mas não necessariamente comandá-las em cada local, em assembléias democráticas e morosas. Argumentou que as condições da moderna indústria exigiam autoridade e disciplina (Engels, 1975). Mas de onde esta emanaria?

---

<sup>1</sup> No Brasil eram comuns as Ligas, Sociedades, Associações e outros sinônimos para os sindicatos. Mesmo a palavra *greve* (de origem francesa) sofria a concorrência do termo *movimento paredista*. Enquanto os italianos preferiram imediatamente a palavra *sciopero*, os ingleses *strike* e os alemães *Streik*.

<sup>2</sup> O texto foi inserido numa coletânea organizada por André Gorz, chamada *Crítica da divisão do trabalho*.

Do estado? Do partido? Do sindicato? De conselhos? Foi entre 1880 e 1914 que as primeiras respostas foram testadas, porque pela primeira vez cresciam as organizações de diversos tipos e, principalmente, as ações da classe operária.

Durante a chamada *Belle Époque*, a qual se situa mais ou menos entre os estertores do século XIX e os anos que, já no século XX, antecederam a Guerra, o otimismo da classe operária num progresso que a levaria a um novo mundo traduziu-se no desenvolvimento de formas alternativas de organização da propriedade e da atividade política que seriam os embriões de uma sociedade bem diferente daquela baseada na exploração dos trabalhadores produtivos pelos capitalistas. A autoconfiança da classe operária era visível nas suas manifestações de massa, entre as quais o Primeiro de Maio logo assumiu a primazia no mundo inteiro; nas suas associações que engendrariam os primeiros sindicatos de uma nova fase, muito mais organizados e institucionalizados; nos seus primeiros partidos políticos, chamados socialistas nos países europeus de língua latina, ou social-democratas na Alemanha, na Rússia e nos demais países, ou ainda trabalhista, entre os que falavam inglês; e no sonho dos conselhos operários, território do autogoverno dos trabalhadores.

Também as iniciativas de greve aumentaram como fruto dessa autoconfiança. Nos dois últimos decênios do século XIX estabeleceu-se na Dinamarca uma verdadeira rede sindical nacional promovendo uma cruenta luta de classes (sem par na história da II Internacional até então) e que só arrefeceu depois do grande *lock-out* de 1899 e do pacto social que se seguiu (Christiansen, 1996: 262). Nos anos 1889-1890 houve, na Inglaterra, 2.400 greves. Às vésperas da Guerra, em 1911-1913, houve 3.165 (Hobsbawm, 1987: 227), mas o número de homens-dia perdidos multiplicou-se por seis vezes. E ainda que de forma limitada, o objetivo primordial dos trabalhadores, que era a redução da jornada de trabalho, foi relativamente alcançado naquele período. Entre 1890 e 1913, as horas trabalhadas por pessoa ao ano na Alemanha, França, Inglaterra e Holanda diminuiram ligeiramente de um número que variava de 2.770 a 2.807 para algo entre 2.584 e 2.624. Curiosamente, a Inglaterra era o país que tinha as maiores jornadas de trabalho entre aqueles países, superiores até mesmo a países não-europeus como Japão e Estados Unidos (Secco, 1995: 53). Nesta fase o movimento socialista sentia-se já forte o suficiente para empreender até mesmo greves gerais políticas, ainda que os objetivos fossem o de alargar a legalidade burguesa, como o tentou fazer a grande greve de 1893 pelo direito de voto. Ela aconteceu, não por acaso, num país bastante industrializado, a Bélgica.

Essas conquistas refletiam duas tendências. Uma objetiva, que era o crescimento econômico, e em particular da indústria, e outra política, que era

o incremento da força numérica dos sindicatos operários. Por volta de 1910-1911, a participação do setor industrial na composição da força de trabalho chegava à metade dos trabalhadores belgas ou mais da metade na Grã-Bretanha e na Suíça. Eram 41% na Noruega, 39% na França, 36% na Itália e 30% na Suécia (Kuznets, 1986: 72).

Entre 1905 e 1913, as inscrições nos sindicatos social-democratas, nos países ligados à Internacional Sindical de Amsterdam, passaram de três para quase seis milhões (Hobsbawm, 1982: 80). Apenas na Alemanha, os chamados sindicatos livres haviam crescido de 50 mil a 200 mil inscritos durante as leis anti-socialistas (1878-1890) de Bismarck (1815-1898) (Mehring, 1957: 284), e depois de sua abolição multiplicaram em mais de três vezes o número de seus filiados no último decênio do século XIX, atingindo 680 mil, um número semelhante àquele já obtido pelos ingleses em anos anteriores. Até mesmo as cooperativas haviam experimentado, naqueles belos anos, um incremento sensacional na Inglaterra. O número de seus membros subiu de meio milhão, em 1880, para três milhões, em 1914 (Hobsbawm, 1991: 23). O que se reproduzia também na cooperativa símbolo, os chamados pioneiros de Rochdale, que quase no mesmo período (1885-1915) subiram de 11.084 a 21.798 membros (Pinho, 1962: 180). Noutro país bastante industrializado, a Bélgica, o cooperativismo iniciou-se pouco depois da lei de 1873. Cinco anos depois havia treze cooperativas (dentre elas cinco bancos populares). Entretanto, em 1901, havia mais de 1800 (Destrée e Vandervelde, 1903: 34).

Isso já provocava aceso debate no último ano do século XIX. Foi em 1900, no V Congresso Internacional Socialista, que Paul Lafargue demonstrou que as cooperativas não deveriam ser um meio de expropriação da classe capitalista, mas de recrutamento e educação socialistas. Condenou as cooperativas de produção e defendeu as de consumo, porque aquelas seguiriam os princípios da concorrência capitalista. Mas suas propostas foram derrotadas (Carone, 1993: 58).

Entretanto, essas primeiras organizações da classe operária passaram a ser questionadas por novos embriões da sociedade do futuro. Certamente, os anarquistas já criticavam todas as maneiras pacíficas e eleitorais de fazer política. Mas o anarquismo ficou circunscrito a algumas regiões da Itália, França e Portugal, talvez ainda à Ucrânia e, em menor escala, a outras áreas da Rússia czarista. O caso sueco também foi expressivo, mas na mesma proporção em que foi efêmero: os anarquistas dirigiram grande parte dos 290 mil trabalhadores na greve geral de 1909, mas depois que romperam com a única central sindical existente, formando uma central anarquista, sua influência declinou. Em 1924, eles tinham 37 mil membros (Goñi, 1993: 212). Certamente, o caso foi diferente na Espanha, onde o socialismo libertário teve vida longa.

Mas o incômodo, para os líderes hegemônicos entre os operários organizados, viria mesmo de oposições internas dos partidos e sindicatos por eles dirigidos. Na Itália e na França houve mesmo uma corrente, o sindicalismo revolucionário, fortemente influenciado pelas idéias de Georges Sorel. Ainda que propusessem algum tipo de gestão direta ou democracia industrial, eram mais uns “conservadores revolucionários”, do que marxistas. Ou mais idealizadores da violência revolucionária do que da revolução. Tanto que alguns daqueles que criticavam o Partido Socialista e defendiam a ação direta, como Sergio Panunzio, Angelo Olivetti e Paolo Orano, terminaram nas fileiras do fascismo (Bobbio, 1990: 78). Mas isso não apaga o fato de que os partidos operários começaram de fato a se envolver preferencialmente na política eleitoral de massas, algo que só passou a existir na *Belle Époque* e, ainda assim, em alguns poucos países. De toda forma, a II Internacional envolveu-se em polêmicas intermináveis sobre o revisionismo e a ortodoxia marxista, sobre as alianças eleitorais e de governo e acerca da reforma e da revolução.

### **O comunismo de esquerda**

O termo “comunismo de esquerda” não pretende ser anacrônico, elogioso ou pejorativo. Ele era empregado pelos próprios seguidores da corrente, que assim gostavam de se autoneostrar e talvez pejorativamente pelos demais comunistas, que preferiam colocar aspas na locução “de esquerda” ou a substituíam pelo substantivo “extremismo” (*Linksradikalismus, gauchisme*) (Hájek, 1985: 83).

Ao historiador não deveria parecer esdrúxulo o fato de que entre os revolucionários daquele período, mais precisamente entre os ultra-revolucionários ou comunistas de esquerda, fossem intelectuais ligados ao mundo das artes ou às ciências naturais os mais destacados dirigentes políticos. Ora, eles eram, estruturalmente, muito parecidos àqueles dirigentes mais moderados de sua geração (nascida depois de 1870) e, como eles, foram igualmente atraídos pelo marxismo. A chamada “época da II Internacional” valorizou sobremaneira as posições de intelectuais bastante tradicionais no interior dos partidos operários. Estes atraíram alguns cientistas, filósofos e advogados quando as universidades eram, na maior parte dos casos, impermeáveis ao pensamento marxista.

Na Alemanha, onde o partido havia combinado nas mesmas lideranças seus chefes políticos e seus teóricos, seus principais dirigentes foram recolhidos nas profissões liberais e nas universidades, talvez com a exceção importante de August Bebel (1840-1913), que era de uma geração anterior, embora mesmo ele tivesse sido um autor muito lido entre os militantes social-

democratas, e outra exceção surpreendente, um bancário e filho de um maquinista judeu, Eduard Bernstein (1850-1932). Karl Kautski (1854-1938), que também era uns vinte anos mais velho que a maioria daqueles teóricos que se destacariam na Social-Democracia, estudou História, filosofia e economia.

Entre os mais jovens, que nasceram depois de 1870, e para os quais a Comuna de Paris era *história*, Rosa Luxemburg (1871-1919) iniciara seus estudos em matemática e ciências naturais antes de obter seu doutorado em Economia Política. Na Áustria, onde a Social-Democracia teve os maiores intelectuais socialistas do período, seus líderes estavam (ou tendiam a estar) bem estabelecidos no partido ou em sólidas carreiras. Rudolf Hilferding (1877-1941) era um médico em Viena, antes de se tornar economista. Karl Renner (1870-1950), Max Adler (1873-1937) e Otto Bauer (1881-1938) eram advogados.

Na Rússia, onde a *intelligentzia* era mais radicalizada, o próprio partido, ou sua ala majoritária (o bolchevismo), abraçou os conselhos de operários, soldados e camponeses. Lênin (1870-1924) e Trotski (1879-1940) se destacaram muito mais a partir da experiência de 1905 e nunca deixaram de ser revolucionários profissionais. Mas na Europa Ocidental os que propugnavam os conselhos operários e a intervenção direta estavam à margem dos centros decisórios de seus partidos. Anton Pannekoek (1873-1960) era um astrônomo que viveu sempre de sua profissão, num observatório, até tornar-se professor da Universidade de Amsterdã. O mesmo diga-se de Karl Korsh (1886-1961), talvez o maior pensador marxista que os comunistas de esquerda puderam produzir. Outros viviam à margem da sociedade estabelecida, como o poeta holandês Herman Gorter (1864-1927), que era ligeiramente mais velho que seus camaradas, e o agitador e escritor judeu-alemão Erich Muhsam (1878-1934). Gustav Landauer (1870-1919) era um romancista judeu que havia enveredado pelos estudos da linguagem e da mística judaica, embora fosse ateu. Um elemento que permeava a cultura desses comunistas da extrema esquerda era uma certa idealização da ação operária espontânea e direta, o que os aproximava dos anarquistas<sup>3</sup>. Alguns deles, como o médico polonês Jan Wacław Makhaiski (1866-1926) eram críticos acerbos da interferência dos intelectuais no movimento operário, ou ao menos numa estrutura partidária e sindical onde eles costumavam se tornar burocratas. Esse tipo de crítica coincidia com o “sindicalismo

---

<sup>3</sup> Este caráter quase semi-anarquista dos comunistas de esquerda é visível na evolução de Anton Pannekoek, embora este sempre tenha se mantido marxista, quando ele diz que “Os conselhos não são um governo; mesmo os conselhos mais centralizados não possuem um caráter governamental, pois não detêm qualquer instrumento capaz de impor sua vontade às massas; não possuem órgãos de poder. Todo poder social pertence aos próprios trabalhadores” (Pannekoek, 1976: 113).

revolucionário” italiano, afinal era Enrico Leone que declarava: “Il socialismo degl’intellettuali è il tradimento inconsapevole del socialismo operaio” (Bobbio, 1990: 81).

A Social-Democracia tornava-se cada vez mais envolvida nas instituições de Estado e, portanto, gerava uma vasta burocracia. E como mesmo durante a Guerra seu apoio cresceu (e o sindicalismo seguia o mesmo caminho), as oportunidades de *carreira* atraíam muitos intelectuais tradicionais ou não, quando não transformavam trabalhadores em administradores ou parlamentares. Na Inglaterra, onde a votação do Partido Trabalhista aumentara de 500 mil votos, em 1910, para quatro milhões, doze anos depois, os líderes sindicais abraçavam a carreira parlamentar. O socialismo sueco, depois da conquista do sufrágio universal (1909) saltou de 33 deputados para 87, num ano bem simbólico: 1917! Tornava-se o primeiro grupo político do país. Mas o direito ao voto só fora conseguido depois de greves ameaçadoras em 1901 e 1909. Na Itália, onde os socialistas somavam 52 parlamentares no início da Guerra (1914) e eram 156 no ano de 1920, também cresceu a influência sindical: a CGIL, Central sindical dominada pelos socialistas, passou de 500 mil filiados a dois milhões no mesmo período. Nas administrações locais (*i comuni*) o socialismo obteve a maioria em 24% delas. Em termos de votos, os socialistas saltaram naquele período de 883.000 para 1.834.000.

Para aquele grupo de intelectuais extremamente radicalizados era preciso superar o burocratismo dos partidos e dos sindicatos. Novos experimentos de intervenção operária na produção pareceram indicar os elementos que superariam o sindicalismo, restrito à negociação do preço da força de trabalho, e o cooperativismo, cujos dirigentes estavam, a curto prazo, limitados a um horizonte de concorrência pacífica dentro do mercado capitalista. Em 1904 surgiram, na Itália, as *comissioni interne* que transitaram, com o tempo, da negociação contratual à pretensão da gestão direta da produção. Em 1905, apareceu o primeiro *soviet* na Rússia, mas tratava-se de um conselho com funções exteriores à produção, mais abrangente, portanto, em tese estava aberto à participação de soldados, marinheiros, camponeses etc.

### **Conselhos operários e Revolução Russa**

A crise desencadeada pela Guerra de 1914-1918 assumiu contornos revolucionários na Europa. Não só as mobilizações pela paz e as votações massivas na esquerda indicavam isso. O número de greves era assustador para qualquer homem de negócios confortavelmente situado na classe média. Na Inglaterra o número de homens-dia perdidos foi 27 milhões em 1920, e 86

milhões em 1921 (Lefranc, 1974: 55). Onde os trabalhadores viviam sob regimes políticos muito mais restritivos e violadores das liberdades democráticas, a tendência foi a radicalização. Isto também ocorreu onde parcela grande da classe operária estava destituída legalmente de quaisquer direitos por ser estrangeira. Assim em algumas cidades dos Estados Unidos. Na América do Sul o caso de São Paulo, onde se concentrava uma classe operária majoritariamente italiana, portuguesa e espanhola. Neste caso, como se sabe, a influência do anarquismo foi predominante. Mesmo na Suíça surgiu em 1919 um partido comunista de tendência anti-parlamentar bem próximo do anarco-sindicalismo. Mas note-se que foi em Genebra que ocorreu uma greve geral, um ano antes. Esta cidade era marcada pela presença de uma numerosa população estrangeira: 70 mil numa população total de 170 mil no ano de 1913 (Grounauer, 1975: 157).

Mas a Rússia foi o caso típico. A Revolução de fevereiro de 1917, muito mais do que a de outubro, provocou a manifestação espontânea de novos organismos de gestão operária. Além da dualidade de poderes que apareceu entre o governo provisório e os *soviets*, e que Lênin soube compreender de maneira genial no exato momento em que se processava, havia uma diferença de concepção entre os que favoreciam um controle externo da produção, por parte de alguma representação política (partido, sindicato, conselho popular, *soviet* etc) e os que propugnavam o controle operário direto: a gestão operária. Essa segunda concepção nunca tinha sido desenvolvida anteriormente com grande precisão teórica. De fato, como alguns meses depois se comprovou, seus defensores não tinham argumentos sólidos, naquele momento, para se contrapor ao princípio da autoridade (como já disse, não era da *autogestão* que se tratava, pois essa idéia ainda era muito incipiente).

A querela da autoridade e da autonomia, antecipada por Engels, estava de volta em estado prático e operacional. Quem controla a fábrica: os próprios operários ou o Estado que se declarou seu representante?

Essa dicotomia entre conselho de fábrica e Estado (fosse o Estado parlamentar, fosse o Estado soviético, em essência mil vezes mais democrático) desenvolveu-se na Rússia durante o ano de 1917, prolongando-se até o início dos anos vinte. Os conselhos de fábrica eram entendidos como expressão pura, direta e unicamente dos operários (Bottomore, 1988: 78), enquanto os *soviets* eram vistos como uma representação mais ampla da classe operária e de outras classes sociais oprimidas e subalternas, mas que não realizavam trabalho produtivo em fábricas.

Essa contradição entre *soviets* e conselhos de fábrica não se passou apenas na teoria. Deu-se em momentos de nítida disputa de poder. No pleno



do *soviet* de Moscou, a 18 de março de 1917, os deputados eleitos pelos operários declararam que se o *soviet* lhes negasse a jornada de oito horas de trabalho, ela seria introduzida pela “autoridade revolucionária” dos próprios operários (Pakatrova, 1976: 25).

Na Rússia, a autonomia operária no interior da empresa encerrou-se definitivamente no X Congresso do Partido Comunista (bolchevique). A oposição operária (Schliapnikov, Kollontai) solicitou o controle operário das empresas, sendo rechaçada pela maioria do partido (Arvon, 1978: 62). Kollontai já identificava, nesse momento, um “sistema burocrático dominante” (Kollontai, 1978: 53) oposto à liberdade e autonomia da classe operária.

Certamente, pode-se encontrar razões políticas para o fracasso da oposição operária, particularmente sua incapacidade de conceber a necessidade de exercer uma hegemonia sobre o campesinato. Mas para Ana Pankratova, o crepúsculo dos Comitês de Fábrica teve razões econômicas derivadas da sua incapacidade de gerir a produção em escala nacional. A falta de conhecimentos especializados; a impossibilidade de estabelecer vínculos com outras empresas e com a malha de transportes em bases planificadas; a ausência de controle do sistema financeiro; e o desconhecimento das condições de mercado contribuíram para que se criasse “um centro único capaz de normalizar a totalidade da economia nacional em escala estatal” (Pakatrova, 1976: 115). Um crítico da autogestão acrescentaria que ao se transferirem para o mercado, os comitês de fábrica dividem a classe trabalhadora, por causa da concorrência, e ainda aliam-se a outras camadas pequeno-burguesas, devido as relações clientes-fornecedores (Dalleman, 1977: 97).

A primeira parte da crítica tem algum fundamento à medida em que nos anos dez (e ainda hoje) estava, objetivamente, fora de questão a abolição da economia de mercado logo depois da conquista do poder pelo proletariado. O plano econômico teria que ser testado pelo mercado, como recomendaria Trotski anos mais tarde. Mas a segunda parte carece de fundamento empírico, afinal, numa moderna economia industrial, onde as empresas estivessem sob controle de seus trabalhadores, por que clientes e fornecedores (que também são, na maior parte, empresas) seriam constituídos todos por camadas pequeno-burguesas?

Esse debate, encerrado administrativamente na Rússia, depois da Grande Guerra, prosseguiu na Europa Ocidental, ao menos até o início da Guerra Européia, valendo-se da experiência do Biênio Vermelho de Turim (Itália).

## Gramsci e o biênio vermelho

A Revolução Russa espalhou como fogo no palheiro a idéia dos conselhos, fossem no interior das fábricas ou com funções especificamente políticas. Se um observador bem informado fizesse uma viagem, em junho de 1919, da Rússia em direção à Europa Central e, uns meses depois chegasse ao sul do continente, certamente acreditaria na hipótese de uma revolução mundial. E, de acordo com suas inclinações políticas, ficaria satisfeito, como Lênin, à espera do levante na Alemanha, ou muito preocupado, como vários políticos e empresários ocidentais.

O nosso viajante sairia de uma Rússia onde os conselhos (soviets) eram oficialmente órgãos de poder do Estado. Na Alemanha, durante a revolução que se inicia em fins de 1918, veria cerca de dez mil conselhos, na sua maioria influenciados pelo Partido Social-Democrata (VVAA, 1976: 11). Da Baviera, ficaria sabendo que havia uma República dos Conselhos. Chegaria à Austria, no mesmo mês, durante uma greve geral e em meio aos conselhos que preparavam seu congresso. E se fosse à Hungria, estaria sob o governo conselhistas de Béla Kun. Se esperasse até agosto ou setembro do mesmo ano, sua decepção ou tranquilidade estariam asseguradas naquela região. Porque saberia que na Alemanha, a maioria dos socialistas abandonavam gradualmente qualquer perspectiva de uma combinação da democracia direta de tipo soviético com o parlamentarismo<sup>4</sup>. Que na Hungria, o governo só tinha durado 133 dias. Que na Baviera foram três meses. Mas se prosseguisse seu *tour* para o sul da Europa, continuaria a ver o fantasma da revolução na Itália.

O movimento de ocupação de fábricas em Turim (1919-1920) teve tamanha amplitude que em outubro de 1919 chegou a organizar 50 mil operários, e poucos meses depois o número já havia saltado para 150 mil (Cammett, 1974: 110). Este movimento encontrou na revista *L'Ordine Nuovo* sua tradução teórica. A publicação tinha em sua direção Antonio Gramsci (1891-1937). É para ele que as atenções se voltaram porque ele se tornou o mais importante pensador marxista de sua geração, embora essa descoberta não possa ser anacronicamente constatada nos anos vinte. Só depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que seu pensamento foi de fato reconhecido. Ainda assim, em fins do segundo decênio, alguns ambientes restritos da intelectualidade revolucionária, os círculos operários e partidários, reagiram ao seu pensamento. Casos extremos foram os de Amadeo Bordiga (1889-1970), animador de um jornal que levava o sugestivo nome de “Il Soviet” e do liberal Piero Gobetti (1901-1926), que manteve relações de

---

<sup>4</sup> Max Adler propugnou a possibilidade de coabitação dos conselhos com o parlamento (Adler, 1976).

grande admiração intelectual recíproca com Gramsci.

Diante da timidez política do Partido Socialista Italiano e dos sindicatos, Gramsci se convenceu da necessidade de superar essas estruturas tradicionais através de instrumentos de autogoverno operário, inspirados numa visão idealizada do *soviet* russo (Agosti, 1999: 13). Essa revolta contra estruturas cristalizadas também se dirigia à leitura fatalista do marxismo da II Internacional, e era compartilhada por muitos intelectuais do período. Para Gramsci: “A força do conselho consiste no fato de que está estreitamente unido à própria consciência da massa operária que quer emancipar-se com autonomia, que quer afirmar sua liberdade de iniciativa na criação da história: toda massa participa na criação do conselho e sente que é alguma coisa graças a esta atividade” (Gramsci, 1990: 115).

Gramsci, especificamente, não se contrapunha à CGIL e aos sindicatos com a proposta de um sindicalismo revolucionário. Nem mesmo opunha sindicatos e conselhos, o que o afasta dos “conselhistas” de sua época. Reconhecendo o papel precípuo do sindicato e seus limites, Gramsci pensava num “organismo que se baseia numa relação diferente com a experiência de fábrica, sobre um sistema democrático de consenso e de representação direta das oficinas, que superem os limites tradicionais do sindicato” (Gramsci, 1976: 55). O próprio Gramsci aprofundou a crítica do sindicato ao dizer: “O sindicato não pode ser um instrumento radical de renovação da sociedade: pode oferecer ao proletariado uma burocracia experimentada, técnicos especializados em questões industriais de âmbito geral mas não poderá ser a base do poder proletário” (Spriano, 1978: 55).

A crítica aos limites do sindicalismo dirigia-se à própria instituição sindical, e não apenas a uma suposta direção reformista. Os incessantes esforços de uma oposição sindical apenas provocavam uma mudança de dirigentes, mas não uma reorientação ou redefinição do papel do sindicato (Bricianer, 1975: 196). Isso ocorria, na visão de um dos mais destacados comunistas conselhistas, Anton Pannekoek, porque formara-se, nos sindicatos, “uma classe de funcionários, uma burocracia, que dispõe de todos os meios de poder e organização: dinheiro, imprensa, nomeação dos funcionários subalternos...” (Pannekoek, 1976: 115).

O modelo de uma sociedade comunista deveria ser fornecido pelo conselho operário, porque nele não haveria lugar para os dirigentes profissionais (Pannekoek *et alli*, 1975: 9). O conselho seria o próprio modelo do estado proletário porque, segundo Gramsci, concentraria o comando das atividades técnicas, administrativas, produtivas, culturais e a preparação política e militar dos trabalhadores.

## Declínio dos conselhos

A experiência conselhistas refluiu a partir dos anos vinte na Europa. A ação operária restringiu-se a servir de ponto de apoio para a agitação política dos partidos operários: social-democratas, socialistas, trabalhistas e comunistas. Também a um movimento cooperativista, pacífico e integrado na concorrência capitalista. Afinal, as cooperativas não desapareceram, como prova o exemplo sueco, onde o movimento cooperativo subiu de 250 mil membros em 1920, para 622 mil em 1937 (D’Almeida, 1979: 107-112). E depois disso, o movimento espalhou-se pelo mundo. Atingiu, nos anos 60, a cifra mundial de cerca de 140 milhões de membros (Pinho, 1962: 127). Pela sua própria natureza (em geral pacífica e concorrencial) muitas cooperativas desbordaram a tradicional área de pregação socialista e foram aceitas e integradas nos círculos políticos moderados e até anti-socialistas. Na Itália, os populares (da futura Democracia Cristã) disputavam aos socialistas o controle do movimento cooperativista. Só na Valle Padana, os populares, graças à ação do clero, controlavam 311 cooperativas agrícolas católicas contra 236 socialistas e republicanas Chabod, 1961: 46).

O cooperativismo, mesmo quando atingiu a produção industrial ou agrícola, ainda assim esteve destituído da radicalidade dos conselhos de fábrica. Embora, numa Ordem Socialista, a organização interna da fábrica devesse assemelhar-se a uma autêntica cooperativa de produção. Como disse Gramsci, “uma cooperativa operária tem por fim, não o lucro dos particulares, mas o fortalecimento dos meios da luta revolucionária” (Gramsci, 1976: 117). Oficialmente, sabemos, o cooperativismo persistiu sendo a base da agricultura soviética (kolkhozes), ao lado das fazendas estatais (sovkhozes). Também oficialmente, os soviets continuaram existindo, mas nada disso lembrava algum tipo de “controle operário”.

É significativo que mesmo depois de tantas derrotas revolucionárias, o Programa de Transição, escrito de Trotski que basearia pelo meio século seguinte toda a ação da IV Internacional (e das frações em que esta se dividiu) ainda conferia centralidade ao papel do controle operário do poder político, sem descuidar do controle da produção. Contra argumentos sobre a “tecnocracia” que começavam a crescer nos anos trinta, Trotski defendeu o controle operário como um primeiro passo da tomada do comando do conjunto da economia: os conselhos eram a “escola da economia planificada” (Trotsky, 1979:84). Os comitês de fábrica, portanto, são “um elemento da dualidade de poder na fábrica” só concebíveis quando há, em seu favor, um forte movimento de massas que gera outros comitês de luta contra a guerra, por exemplo, de vigilância de preços etc:

“Os conselhos só podem nascer onde o movimento das massas entra em um estágio abertamente revolucionário. Como pivô

em torno do qual se unem milhões de trabalhadores na luta contra os exploradores, os conselhos, desde o momento de sua aparição, tornam-se os rivais e os adversários das autoridades locais e, em seguida, do próprio governo central. Se o comitê de fábrica cria elementos de dualidade de poder na fábrica, os conselhos abrem um período de dualidade de poder no país” (Trotsky, 1979: 100-101).

Mas os movimentos de massas refluíram de fato com o advento do fascismo (também ele um regime que apelava à mobilização popular, mas com sentido trocado). O fascismo visava dirigir o “povo” para conservar o monopólio de classe do poder econômico burguês. Entretanto, a explicação para o refluxo dos conselhos pode ser lida à luz da política engajada como uma suposta traição das direções sindicais ou pela “incapacidade” dos próprios operários continuarem a gestão das fábricas sem assumir o controle político do Estado. O historiador, porém, pode se contentar com aquilo que a história efetivamente demonstrou. As experiências conselhistas, fossem em fábricas ou em escala mais ampla (conselhos populares de tipo soviético), instalaram uma dualidade de poderes que, por sua natureza, só podia ser efêmera. Lênin percebeu isso na Rússia de 1917. As dualidades de poderes, convém lembrar, sempre eram de poderes que incluíam a função coercitiva, o que afasta (como não discutível para o período aqui considerado) qualquer dualidade de poderes culturais ou de outra natureza, embora os teóricos marxistas repusessem e transfigurassem os conceitos de Marx e Lênin para compreender novas situações históricas<sup>5</sup>.

Quando experiências de democracia direta conviveram com governos burgueses (eleitos ou não) um dos dois poderes foi rapidamente destruído. Seja na Petrogrado de 1917 e em Berlim (janeiro de 1919) ou nas comunas de Cantão (março de 1926) e Xangai (fevereiro de 1927) (Coggiola, 1996: 216). Isso para não citar a Espanha (1937). Salvo no primeiro caso, os demais foram resolvidos pela restauração e não pela revolução, mas foi a Espanha que levou mais longe a guerra civil revolucionária e as experiências conselhistas e anarquistas.

### **Bibliografia**

- ADLER, Max. (1976). *Conselhos operários e revolução*. Coimbra: Centelha.
- AGOSTI, Aldo. (1999). *Storia del PCI*. Bari: Laterza.
- ARVON, Henri. (1978). *La autogestion*. Mexico (D.F.): Fondo de Cultura Economica.

---

<sup>5</sup> Para essa discussão, vide Coutinho (1994:51-52).

- BOBBIO, Norberto. (1993). *Perfil ideológico del noventa*. Milano: Garzanti.
- BOTTOMORE, Tom (org). (1988). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRICIANER, Serge. (1975). *Anton Pannekoek y los consejos obreros*. B. Aires: Schapire editor.
- BRINTON, Maurice. (1975). *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento.
- BROUCKÈRE, Luis de. (1970). “Le contrôle ouvrier”. In: DESOLRE, Guy (org). *50 ans de débats sur le contrôle ouvrier*. Bruxelles: Editions la Taupe.
- CAMMETT, John Cammett. (1974). *Antonio Gramsci e le origini del comunismo italiano*. Milano: Mursia.
- CARONE, Edgard. (1993). *A II Internacional*, São Paulo: Edusp/ Anita.
- CHABOD, Frederico. (1961). Chabod. *L'Italia contemporanea*. Torino: Einaudi.
- CHRISTIANSEN, Niels Finn. (1996). “Dinamarca: fim de um idílio?”. In: ANDERSON, Perry e CAMILLER, Patrick (orgs). *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- COGGIOLA, Osvaldo. (1996). “Bolchevismo, Gramsci, conselhos”, in: Vários autores. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1994). *Marxismo e política*. São Paulo: Cortez.
- DALLEMANGE, Jean-Luc. (1977). *Autogestão ou ditadura do proletariado*. Lisboa: Sociocultur.
- D’ALMEIDA, Pierre. (1979). “Le parti ouvrier social-démocrate suédois”, in: Vários Autores. *Qu’est – ce que la Social-Démocratie?*. Paris: Seuil.
- DESTRÉE, Jules e VANDERVELDE, Emile. (1903). *Le Socialisme en Belgique*. Paris: V. Giard/E. Brière libraries.
- ENGELS, Friedrich. (1975). “Da autoridade”. In: *Obras Escolhidas*. Vol.II. São Paulo: Edições Sociais.
- GOÑI, José Goñi (org). (1993). *Democracia, desenvolvimento, igualdade. A experiência sueca*. Rio: Vozes.
- GRAMSCI, Antonio. (1976). *Democracia operária*. Coimbra: Centelha.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Escritos Políticos*. México (D.F.): Siglo XXI, 4 ed.
- GROUNAUER, Marie-Madeleine. (1975). *La Genève rouge de Leon Nicole*. Genève: Editions Adversaires.

- GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. (1976). *Autogestão: uma mudança radical*. Rio: Zahar.
- HÁJEK, Milos. (1985). "O comunismo de esquerda". In: HOBSBAWM, Eric (org). *História do marxismo*. Vol. 6. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, Eric. (1982). "A cultura europeia e o marxismo entre o século XIX e o XX". In: *História do marxismo*. Vol.II. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1987). *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1991). *Estratégias para uma esquerda racional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KOLLONTAI, Alexandra. (1978). *Oposição operária*. São Paulo: Global
- KUZNETS, Simon. (1986). *Crescimento econômico moderno*. São Paulo: Abril Cultural.
- LEFRANC, Georges (1974). *O socialismo reformista*. São Paulo: Difel.
- MEHRING, Franz. (1957). *Storia della Germania moderna*. Milano: Feltrinelli Editore.
- PANKATROVA, Ana. (1976). *Los consejos de fábrica en la Rusia de 1917*. Barcelona: Anagrama.
- PANNEKOEK, Anton. (1976). *As tarefas dos conselhos operários*. Coimbra: Centelha.
- \_\_\_\_\_. (1976a). "Desenvolvimento da revolução mundial e a tática do comunismo". In: VVAA. *Os comunistas dos conselhos e a III Internacional*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- PANNEKOEK, Anton et alli. (1975). *Conselhos operários*. Coimbra: Centelha.
- PINHO, Diva B. (1962). *Dicionário de cooperativismo*. São Paulo: FFCL-USP.
- SECCO, Lincoln. (1995). "A crise da sociedade do trabalho". *Práxis*, nº. 3, março.
- SPRIANO, Paolo. (1978). *Sulla Rivoluzione Italiana*. Torino: Einaudi.
- TROTSKI, Leon. (1979). "Programa de transição - a agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional". In: V.I. Lênin e L. Trotski. *A questão do programa*. São Paulo: Kairós.
- VVAA. (1976). *Os comunistas dos conselhos e a III Internacional*. Lisboa: Assírio e Alvim.